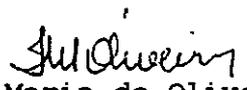


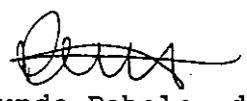
Ata da Trigésima Sétima Assembléia do CONANDA, realizada no dia quatro de setembro de 1996

Às catorze horas e trinta minutos, do dia quatro de setembro de mil novecentos e noventa e seis, na sala 310 do edifício sede do Ministério da Justiça iniciou-se a Trigésima Sétima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. Presentes os conselheiros Raymundo Mesquita, Vice-Presidente (CNBB); Paulo Quermes (MEB); Francisca Silva (MNDH); Charles Pranke (AMENCAR); Ana Ruth Góes (ANAPAC); José Donisete Pinheiro (Fé e Alegria); João Helder (Visão Mundial). Em virtude das ausências, justificadas, da FENAPAE'S e do MNMMR e da ausência, não justificada, da SBP foram convocados e estiveram presentes os conselheiros suplentes Clodoveo Piazza (INDICA); Valdete Martins (CFESS) e Eliana Athayde (ANCED). Também presentes, os conselheiros suplentes Rosber Almeida (Fundo Cristão); Lizair Guarino (FNSP); as representantes do MEC, Anna Maria Lambertí; Maria Cecília Londres (MINC); Ana Maria Bierrenbach (MRE); o presidente do CEDCA de Pernambuco; a presidente do CMDCA de Belo Horizonte e Maria Luiza Lacerda do DCA/MJ. Ausências, justificadas, do conselheiro Elizeu Francisco Calsing (MPO) e da representante do MS, Lucimar Coser Cannon. Ausências, não justificadas, dos conselheiros da Casa Civil; do Ministério do Trabalho, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Justiça e do Ministério da Previdência e Assistência Social. Abrindo os trabalhos o Vice-Presidente cumprimentou os presentes e submeteu à plenária tendo sido aprovada a seguinte pauta: Abertura dos Trabalhos; Avaliação da reunião CONANDA/CNAS; Encaminhamentos para a preparação do III Encontro de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais; Reunião dos Grupos de Trabalho, data e pauta; Avaliação da Assembléia Ampliada sobre Ato Infracional e Medidas Sócio-Educativas; Leitura, discussão e aprovação da Ata da 36ª Assembléia e Outros Informes. Dando início a avaliação da reunião conjunta CONANDA/CNAS o conselheiro Charles Pranke afirmou que esta articulação já estava prevista na pauta do CONANDA, que um passo significativo foi dado e que logo deverão ser feitas articulações com outros conselhos setoriais. A conselheira Francisca Silva declarou também, que a reunião representou um novo marco e que a pauta definida representa trabalho para o período de um ano, de modo especial, a questão do Fundo. Os conselheiros José Donizete e Clodoveo Piazza argumentaram que o grupo de trabalho CONANDA/CNAS deve partir de um levantamento das questões vivenciadas na prática pelos Conselhos e em particular, pelos Conselhos Municipais. O Vice-Presidente propôs que o conselheiro Paulo Quermes elaborasse um informe aos Conselhos Estaduais sobre esta reunião. Foram indicados e aprovados os nomes da conselheira Valdete de Barros Martins (CFESS) e da representante Lucimar Rodrigues Coser Cannon (MS) para integrar o grupo de trabalho CONANDA/CNAS. A seguir, foi lida a proposta de Declaração conjunta CONANDA/CNAS sobre o "Protocolo de Intenções para Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho, a ser assinado pela União, Estados e entidades da Sociedade Civil", no dia 06 de setembro, tendo sido aprovada pela plenária. Sobre o III encontro de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais, o coordenador da Comissão Temática de Articulação informou que ao formulário a ser encaminhado aos Conselhos Estaduais, foi anexado, solicitação de informações também do MEC, considerando que as políticas em desenvolvimento na área de educação possibilitaria o atendimento de crianças e adolescentes, através de Centros Comunitários. Foi deliberado que os Grupos de Trabalho sobre o Ato Infracional, a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e sobre o Trabalho Infantil serão convocados para reuniões nos próximos dias 23 e 24 de setembro, objetivando a elaboração de propostas de resoluções e outros encaminhamentos, a partir dos resultados das Assembléias Ampliadas sobre os eixos temáticos. O conselheiro João Helder Diniz foi designado para coordenar o Grupo de Trabalho sobre Violência Sexual contra Crianças e

Adolescentes. O Vice-Presidente propôs e foi aceito pelos presentes que a Dra. Célia Maria Stolze Silvano fosse convidada para assessorar o Grupo de Trabalho acima referido. A Secretaria Executiva foi incumbida de informar à Sociedade Brasileira de Pediatria, que o seu atual representante no CONANDA, Dr. Mário Santoro Júnior não respondeu aos faxes e às ligações telefônicas solicitando os seus dados cadastrais e a confirmação de sua presença na Assembléia de setembro. Prossequindo, iniciou-se a avaliação da Assembléia Ampliada sobre Ato Infracional e Medidas Sócio-Educativas e todos os conselheiros que se manifestaram foram unânimes em declarar que o evento atingiu os objetivos, que foi bastante positivo, e ainda que o resultado foi muito rico. Houve também unanimidade quanto a preocupação pela ausência de todos os conselheiros da área governamental, com exceção da representante do MEC e em especial, pela ausência do Presidente do CONANDA, Ministro Nelson Jobim, tanto na abertura como no encerramento dos trabalhos. Declarou o conselheiro José Donizete que a ausência do Sr. Ministro é injustificável e expressa um desprestígio ao CONANDA. A representante do MEC, Anna Maria Lamberti argumentou que é mais fácil para os representantes não-governamentais participarem, isso porque os governamentais nem sempre podem se comprometer e que se deve fazer cobranças ao conselheiro governamental. A representante do MINC, Cecília Londres sugeriu que se deve informar mais sobre os conselhos, como espaços públicos que o são. Outros informes: I- o conselheiro Rosber Almeida informou que manteve contatos com representantes da CEF, tendo em vista a elaboração do Projeto de repasse de recursos das loterias para os Fundos Municipais da Criança e do Adolescente. Informou ainda, o conselheiro que representou o CONANDA na reunião convocada pela Comunidade Solidária sobre o Programa de Renda Mínima; II- a Comissão de Comunicação do CONANDA reuniu-se com a Secretaria dos Direitos da Cidadania e com a Comunicação Social do MJ para discutir o espaço do CONANDA na INTERNET, inclusive o apoio técnico do MJ. A seguir, a Ata da 36ª Assembléia Ordinária foi aprovada com ressalvas pertinentes, apresentadas pelos conselheiros João Helder, Clodoveo Piazza e pela representante Anna Maria Lamberti e as complementações serão providenciadas. Finalizando a conselheira Valdete Martins indagou sobre a carta, aprovada pela plenária da 35ª Assembléia e que deveria ser enviada ao Ministro Nelson Jobim, o Vice-Presidente justificou que a mesma não tinha sido encaminhada, uma vez que o conselheiro responsável pela redação final, a enviou depois da data prevista, não estando ele em Brasília para assiná-la. A conselheira lastimou o fato ocorrido e ainda argumentou sobre a discussão em vão, uma vez que não se cumpriu o deliberado pelo colegiado. Propôs ainda, a conselheira Valdete Martins que fosse solicitado ao DCA/MJ informações sobre o andamento dos Planos Estaduais, e dentro da disponibilidade de recursos que fosse assegurada sua participação na reunião do CNAS, no dia 17/09, em São Paulo. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada.



Isa Maria de Oliveira
Secretária Executiva



Raymundo Rabelo de Mesquita
Vice-Presidente